

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
CAMPUS DE ERECHIM
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

HÉLEN CLARA KELLER BORTOLETTI

**O TRADICIONALISMO GAÚCHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E
A BNCC**

ERECHIM – RS

2024

HÉLEN CLARA KELLER BORTOLETTI

**O TRADICIONALISMO GAÚCHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E
A BNCC**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia,
Área de Conhecimento de Ciências
Humanas da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões - Campus Erechim, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.**

**Orientadora: Prof. Me. Márcia dos
Santos Caron**

ERECHIM – RS

2024

HÉLEN CLARA KELLER BORTOLETTI

**O TRADICIONALISMO GAÚCHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E
A BNCC**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia,
Área de Conhecimento de Ciências
Humanas da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Campus Erechim, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me Márcia dos Santos Caron

Prof. Me Denise Aparecida Martins Sponchiado

Prof. Me Anelise Brod

À minha amada segunda casa, CTG Sinuelo
dos Ervais, que me acolheu e abriu as
porteiros do tradicionalismo em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ouvir minhas orações e me auxiliar neste processo.

À minha mãe, que serviu de alicerce para essa realização. Sua força é minha inspiração.

À minha avó, dona Helena, que mesmo muitas vezes não tendo muita noção do que eu falava sempre tentava me ajudar e me acalmar.

Ao meu pai e meu avô, meus anjos da guarda, que mesmo não estando mais aqui hoje sei que comemoram comigo a cada conquista.

Aos meus padrinhos Mauro e Arlete que sempre estiveram presentes.

À minha família em um todo por todo amor que vocês representam.

Aos meus amigos, vocês foram essenciais para me manter de pé neste processo, Ana, Andressa, Bruna, Eloisa, Léo, Lia... vocês são luz.

À minha segunda casa, o CTG Sinuelo dos Ervais, meus colegas da internada adulta e meus instrutores, André e Josiane Braga. Graças à vocês meu amor pelo tradicionalismo cresce cada dia mais.

À dona Zaira que segurou minha mão quando tudo estava prestes a desabar e me fez acreditar que eu era capaz.

Às minhas colegas da graduação, Aline, Lara e Vanessa que sempre foram companheiras para todas as horas e para os lanchinhos.

À minha Orientadora, prof Márcia. A luzinha mais brilhante, que graças à sua grande paciência, que precisou ser bem grande, possibilitou que este trabalho fosse concluído.

À profe Rosane, por todos os puxões de orelha.

Aos professores do curso de Pedagogia que sempre se manteve comprometido com a qualidade do ensino; estou aqui hoje graças à vocês.

Por fim quero agradecer a Universidade por todos esses 4 anos e meio.

*A cultura gaúcha deve ser ensinada e vivida,
pois é na transmissão do saber que
perpetuamos a nossa história
(Barbosa Lessa)*

*Meu coração é pequeno
Porque Deus me fez assim
O Rio Grande é bem maior
Mas cabe dentro de mim
(Querência Amada – Teixeira)*

RESUMO

O trabalho “O tradicionalismo gaúcho como patrimônio cultural imaterial e a BNCC” busca trazer uma visão sobre o que é o tradicionalismo e como incluí-lo utilizando a própria BNCC. Objetiva proporcionar novas análises, discussões e reflexões sobre o quanto pouco o tema é trabalhado em salas de aula. Justifica-se pela obrigação de que os princípios da BNCC sejam exercidos de forma correta auxiliando assim na aprendizagem. Foi iniciado a partir de pesquisas bibliográficas que possibilitaram grande entendimento sobre os temas conseguindo desta forma conectar os mesmos com a realidade. Os resultados obtidos a partir da pesquisa indicam a importância de valorizar e preservar as tradições locais no processo educacional promovendo desta forma o respeito e o conhecimento das culturas regionais.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular; Patrimônio Cultural Imaterial; Tradicionalismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	10
2.1 O que é patrimônio cultural imaterial	10
2.2 Patrimônio cultural imaterial no Rio Grande do Sul	12
3 TRADICIONALISMO	15
3.1 O tradicionalismo gaúcho	15
3.2 Raízes do tradicionalismo gaúcho	16
3.3 O 35 CTG e suas contribuições para o tradicionalismo gaúcho	18
3.4 Outros olhares para o tradicionalismo: o gauchismo	20
4 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC E O TRADICIONALISMO	21
4.1 Patrimônio cultural imaterial na BNCC	21
4.2 O tradicionalismo gaúcho como patrimônio cultural imaterial	23
4.3 Patrimônio cultural imaterial, tradicionalismo e a BNCC	24
4.4 Estratégias e atividades para valorizar o tradicionalismo, como patrimônio cultural imaterial na educação básica	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o tradicionalismo gaúcho sob a ótica de patrimônio cultural imaterial, bem como sua integração e relevância no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa busca explorar a importância das tradições e manifestações culturais do Rio Grande do Sul, destacando como essas práticas são preservadas, transmitidas e valorizadas na sociedade contemporânea, especialmente no ambiente educacional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório/introdutório a fim de ter um amplo alcance de informações que envolve o objeto de estudo, utilizando como fontes de pesquisa materiais já produzidos como: livros, artigos científicos, dissertações, teses.

Gil (2008, p.50), reafirma que utilizar uma pesquisa bibliográfica é:

[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Dessa forma, este estudo baseou-se em diversas bibliografias que serviram como base para a pesquisa, visto que em diversas literaturas a Educação Patrimonial – por meio do Patrimônio Cultural Imaterial – é considerada um importante mecanismo na construção da cidadania, visto ser uma prática pedagógica onde o educando desempenha papel ativo no processo de construção da aprendizagem.

O conceito de Patrimônio Cultural Imaterial refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse tipo de patrimônio é transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. No caso do tradicionalismo gaúcho, incluem-se elementos como a dança, a música, a culinária, as festas típicas, a vestimenta e os modos de vida rurais, que são expressões vivas da cultura sul-riograndense.

O tradicionalismo gaúcho surge como um movimento cultural e social voltado para a preservação e promoção das tradições e costumes dos habitantes do Rio

Grande do Sul. Este movimento ganhou força na década de 1940, com a fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que tem desempenhado um papel fundamental na organização de eventos culturais, como rodeios, festas e encontros de grupos de danças folclóricas, além de incentivar a pesquisa e a valorização da história e das tradições gaúchas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica no Brasil. A BNCC tem como objetivo promover a equidade educacional e a formação integral dos estudantes, respeitando as diversidades regionais e culturais do país. Nesse sentido, a incorporação do estudo do tradicionalismo gaúcho no currículo escolar visa proporcionar aos alunos um maior entendimento e valorização das tradições locais, fortalecendo a identidade cultural e promovendo o respeito às diferenças.

Neste trabalho, será apresentada uma análise do papel do tradicionalismo gaúcho como Patrimônio Cultural Imaterial, suas manifestações e significados, e como essas tradições são abordadas e promovidas pela BNCC no contexto educacional. Além disso, serão discutidos os desafios e as oportunidades para a preservação e valorização dessas tradições no ambiente escolar, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos da diversidade cultural brasileira.

Para tanto, está dividido em três seções.

Na primeira seção, desenvolve-se o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, a partir de um referencial teórico e também dos marcos regulatórios existentes em nível internacional e dos quais o Brasil é signatário, bem como os próprios marcos regulatórios estabelecidos em nosso país.

Na segunda seção, trataremos sobre o tradicionalismo, que é uma manifestação cultural marcante no estado do Rio Grande do Sul. Originado da herança cultural dos gaúchos, que inclui influências indígenas, africanas e europeias, o tradicionalismo gaúcho é uma expressão única da identidade regional e nacional.

Na terceira seção abordaremos as relações e interações entre Patrimônio Cultural Imaterial, o que é preconizado pela BNCC para esse processo e como desenvolvê-lo, no Rio Grande do Sul, a partir do tradicionalismo.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

No contexto no qual vivemos, caracterizado pela globalização, no qual é comum a disseminação da cultura em massa e em que a maioria das pessoas faz as mesmas coisas, a manutenção da cultura e da história é o diferencial para a identificação dos diferentes grupos sociais.

Nesta seção trataremos de desenvolver o conceito de patrimônio cultural imaterial, a partir de um referencial teórico e também dos marcos regulatórios existentes em nível internacional e dos quais o Brasil é signatário, bem como os próprios marcos regulatórios estabelecidos em nosso país.

2.1 O que é Patrimônio Cultural Imaterial

Patrimônio cultural imaterial refere-se às práticas, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Sendo assim, distingue-se do patrimônio material, que é expresso em monumentos, sítios arqueológicos e é mais tangível e dinâmico, enquanto patrimônio cultural imaterial inclui tradições orais, festivas, artesanatos, técnicas de agricultura, música - dentre outros tantos exemplos (UNESCO, 2003).

Ao englobar elementos intangíveis da cultura de um estado, país, grupo ou comunidade sendo esses elementos: tradições, expressões orais, práticas performáticas, rituais, festivais, conhecimentos e técnicas, o patrimônio cultural imaterial remete à riqueza construída e transmitida, de geração para geração, como um legado que influencia a identidade dos indivíduos e grupos sociais.

O que difere o patrimônio cultural do patrimônio cultural imaterial é que enquanto o patrimônio cultural pode ser visto, visitado, fotografado e até tocado o patrimônio cultural imaterial é passado de geração a geração.

A UNESCO¹ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é uma organização que desempenha um papel importante na promoção e proteção do patrimônio cultural imaterial em nível internacional. A Convenção para a

¹ Conheça mais em <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/world-cultural-heritage-brazil>

Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela UNESCO em 2003, estabeleceu diretrizes para a proteção e promoção desta forma de cultura em todo mundo. Os países signatários desta Convenção, dentre eles o Brasil, comprometem-se a identificar, proteger, promover e transmitir seu patrimônio cultural imaterial.

A Constituição Federal de 1988, já no primeiro parágrafo do artigo 215, preconiza que

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

E segue, no artigo 216, afirmando que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desta forma, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência tanto de bens de natureza material quanto imaterial e assegurando a preservação de ambos, demonstrando seu alinhamento à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Uma instância importantíssima para a preservação do patrimônio cultural brasileiro é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. O IPHAN é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação do patrimônio cultural do país. Foi criado em 1937 e é reconhecido como

uma das instituições mais importantes na proteção e promoção da cultura brasileira. O IPHAN² atua em diversas áreas, incluindo a preservação de bens materiais e imateriais, na promoção de pesquisas e estudos sobre o patrimônio cultural, na concessão de incentivos e apoio técnico a projetos de conservação, dentre outras atividades (IPHAN, 2021).

2.2 Patrimônio Cultural Imaterial no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o IPHAN desempenha um importante papel na preservação e promoção do patrimônio cultural, visto que o Rio Grande do Sul possui uma rica diversidade cultural, assim como patrimônios culturais - tanto material quanto imaterial - variado e significativo.

Na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul por exemplo, podemos ressaltar que a tradição gaúcha é marcada por uma série de expressões, práticas e tradições culturais imateriais, como o tradicionalismo, o chimarrão, o gauchismo, entre outros. O IPHAN contribui para a identificação, documentação e valorização desses elementos culturais, promovendo sua preservação e a transmissão para futuras gerações.

Ainda, no Rio Grande do Sul, o IPHAN oferece apoio técnico e financeiro a projetos culturais, incentivando iniciativas de conservação, restauração, pesquisa e promoção do patrimônio cultural. Isso ajuda a fortalecer a cena cultural local, estimula o turismo cultural e contribui para o desenvolvimento econômico e social da região.

Neste mesmo condão, ainda, promove ações de educação patrimonial no Rio Grande do Sul, trabalhando com escolas, comunidades e instituições locais para conscientizar sobre a importância do patrimônio cultural e envolver as pessoas na sua preservação ativa.

Isso se deve à riqueza e diversidade da história e da cultura sul-rio-grandense, o que nos traz uma grande bagagem de conteúdos que podem ser englobados no patrimônio cultural imaterial. No Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões, o patrimônio cultural imaterial abrange uma variedade de expressões, práticas e tradições que são consideradas importantes para a identidade e a história da comunidade gaúcha.

² Conheça mais em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/394/>

O maior núcleo de difusão do gauchismo se dá dentro dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) ou associações semelhantes que sejam congregadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). O Patrimônio Cultural Imaterial no Rio Grande do Sul é uma grande teia de tradições, saberes e práticas transmitidas de geração em geração. Este patrimônio inclui manifestações como as festas religiosas e populares, a culinária típica, as danças, músicas e poesias e até o artesanato.

A influência das culturas indígenas e dos imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, contribui para a pluralidade de manifestações que enriquecem e fortalecem o sentimento de pertencimento dos gaúchos. É fundamental a preservação deste patrimônio para se manter viva a herança cultural do estado e para que se possa promover a valorização das culturas locais em nosso país.

Elementos como a roda de chimarrão, as danças tradicionais, a Semana Farroupilha, os Rodeios Crioulos, o churrasco, o carreteiro, as tradições orais (histórias, lendas, causos, poesias), as festas religiosas e as crenças populares caracterizam o patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul.

As festas populares, como a Semana Farroupilha, são momentos de grande importância para a preservação e celebração do patrimônio imaterial gaúcho. Essas festividades envolvem danças, música, vestimentas típicas e culinária, reforçando a identidade cultural da região.

A música tradicional gaúcha, representada pelo chamamé, vanerão e a milonga, é um dos elementos mais marcantes do patrimônio imaterial do Rio Grande do Sul. Essas manifestações musicais são intrinsecamente ligadas à história e ao cotidiano dos gaúchos, sendo transmitidas oralmente.

A culinária do Rio Grande do Sul, com destaque para o churrasco e o chimarrão, é um componente vital do patrimônio cultural imaterial da região. Esses elementos gastronômicos não apenas refletem a herança dos povos que colonizaram a região, mas também são práticas cotidianas que fortalecem os laços comunitários.

O artesanato gaúcho, como a confecção de bombachas, cuias e artigos de couro, representa um patrimônio imaterial significativo. Essas técnicas artesanais são passadas de geração em geração, mantendo vivas as habilidades e o conhecimento tradicional.

Este é um reflexo vivo de sua história, diversidade étnica e tradições que continuam a ser transmitidas e cultivadas de geração em geração. Preservar esse patrimônio é essencial para a identidade cultural ser mantida e para que seja

promovido o respeito aos diversos tipos de manifestações culturais que acontecem por todo estado.

3 TRADICIONALISMO

Nesta seção trataremos sobre o tradicionalismo, que é uma manifestação cultural marcante no estado do Rio Grande do Sul. Originado da herança cultural dos gaúchos, que inclui influências indígenas, africanas e europeias, o tradicionalismo gaúcho é uma expressão única da identidade regional e nacional.

Além das dimensões sociais e culturais, o tradicionalismo gaúcho desempenha um papel importante na construção da identidade regional e na promoção do orgulho e da coesão entre os habitantes do Rio Grande do Sul. Através de suas atividades e instituições, como os CTGs (Centros de Tradições Gaúchas), o tradicionalismo gaúcho contribui para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento dos laços comunitários em toda a região sul do Brasil. (BITTENCOURT, 2013).

3.1 O tradicionalismo gaúcho

O tradicionalismo gaúcho é um movimento cultural que busca preservar as tradições, costumes e valores históricos. Barbosa Lessa, um dos fundadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em sua obra: *Nativismo, um fenômeno social gaúcho* (1985, p.37) define o tradicionalismo como

O movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura; graças ao que a sociedade adquire maior solidez e o indivíduo adquire maior tranquilidade na vida em comum.

Já para Glaucus Saraiva, na obra *Manual do Tradicionalista* (1968, p. 25), é definido como

O todo que reúne em seu bojo a história política, cultural, social e demais ciências e artes nativas, que nos caracterizam e definem como região e povo. Não é o passado, fixação e psicose dos saudosistas. É o presente como fruto sazonado de sementes escolhidas. É o futuro, como árvore frondosa que seguirá dando frutos e sombra amiga às gerações do porvir.

Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes, na obra *"Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul"*, referindo-se a tradição gaúcha, assim define: "Tradição Gaúcha significa o rico acervo cultural e moral do Rio grande do Sul, no

campo literário, folclórico, musical, usanças, adagiário, artesanato, esportes e atividades rurais".

Ainda, o termo gaúcho teve uma trajetória notável

De início, significava contrabandista, vagabundo, antigregário, incivilizado, antissocial. Hoje significa valores positivos em grau aumentativo. Mas, apesar de o gaúcho ser comum a essas três regiões, o movimento tradicionalista apresenta particularidades locais bem marcadas. O gaúcho, no Uruguai e na Argentina, é apropriado e festejado pelos tradicionalistas daqueles países como uma figura emblemática nacional (Garavaglia, 2003), enquanto no Rio Grande do Sul representa como um sinal diacrítico para a construção das identidades regionais em relação às identidades nacionais brasileiras. (OLIVEN, 2006, p.47).

Aprovada no VII Congresso Tradicionalista e ainda em vigor, a “Carta de Princípios” do movimento tradicionalista define:

“Tradicionalismo ou Movimento Tradicionalista é um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sulriograndense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-riograndenses, o Tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-riograndense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas.” (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1961, p. 04).

Portanto entende-se que o tradicionalismo é mais que um simples movimento, é uma coletânea de vivências e costumes vindos desde os primórdios da colonização de nosso estado. As sementes de nossa tradição foram plantadas a muitas gerações e seguimos atualmente colhendo os frutos com orgulho de nossa terra.

Em sua coletânea de elementos o tradicionalismo engloba uma série de elementos culturais como danças folclóricas, música, vestimentas, poemas e poesias, culinária e práticas equestres. Todos eles complementam a cultura e a identidade do gaúcho.

3.2 Raízes do tradicionalismo no Rio Grande do Sul

As raízes do tradicionalismo na história do Rio Grande do Sul estão ancoradas na colonização espanhola, relacionada à Companhia de Jesus - ou Jesuítas - os quais tinham como objetivo catequizar os índios.

Para Gomes (2010, p.45) “O gaúcho, fruto essencialmente da miscigenação de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e africanos com os povos indígenas da terra”.

As raízes do tradicionalismo gaúcho estão profundamente ligadas ao período da colonização espanhola, especialmente devido à influência cultural e às práticas introduzidas durante esse tempo. No século XVII, os espanhóis estabeleceram várias reduções jesuíticas no atual território do Rio Grande do Sul, onde introduziram técnicas agrícolas, pecuárias e de manufatura europeias aos povos indígenas. Esse período marcou o início da criação de gado em grande escala, uma atividade que se tornaria central para a economia e a cultura gaúcha. A introdução do cavalo, trazido pelos espanhóis, transformou a paisagem cultural e econômica da região, possibilitando o desenvolvimento das atividades de lida campeira e a figura emblemática do gaúcho.

Além disso, as missões jesuíticas influenciaram a formação social e cultural dos habitantes locais, promovendo uma mistura única de tradições europeias e indígenas que se reflete nas festas, na música, nas danças e na culinária gaúcha.

A herança espanhola pode ser observada na prática do churrasco, na vestimenta tradicional e nas festividades que celebram a vida rural e o trabalho no campo. As tradições trazidas pelos espanhóis foram assimiladas e adaptadas, resultando em uma identidade cultural distinta que valoriza a liberdade, a bravura e a habilidade equestre. Este legado cultural perdura até hoje, sendo celebrado nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e nos diversos eventos tradicionalistas que ocorrem em todo o estado, perpetuando as práticas e valores herdados do período colonial espanhol.

Com a chegada dos espanhóis, portugueses, alemães, italianos, poloneses foi se iniciando uma miscigenação, mistura de raças, culturas e tradições. Porém o tradicionalismo só ganhou força no século XX como uma forma de resistência já que a modernização e a urbanização ameaçavam os valores e tradições do estado.

Após o golpe de Estado de 1930, o então presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1937, definiu a extinção das bandeiras estaduais e realizou a cerimônia de incineração das bandeiras para mostrar que todo o poder vinha do presidente, unindo o Brasil como um estado único.

O Brasil estava saindo da ditadura da era Vargas que havia oprimido e censurado as práticas das culturas regionais. Com isso se perdeu o sentido de continuar cultuando a tradição.

Segundo CAMARGO (2006), foi a partir da fundação do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, em 1898, que se intensificou o culto às tradições, surgindo diversas sociedades com finalidades comuns. O expressivo número de iniciativas afins à sua fez com que João Cezimbra Jaques, atualmente considerado patrono do tradicionalismo gaúcho, idealizasse a criação de uma federação que reunisse as entidades empenhadas na preservação das tradições regionais. Entretanto, essas associações perderam força diante da elite urbana que, até então, se mostrava preconceituosa em relação à figura do gaúcho cultuada pelo gauchismo.

Jovens decididos a não deixar o Rio Grande ser esquecido se juntaram formando o grupo dos oito tendo Paixão Côrtes como um dos pioneiros esse grupo tinha como objetivo manter viva a chama da tradição. Logo esse grupo foi crescendo formando o 35 CTG, o grupo ganhou esse nome tanto por ter 35 membros como por referência a Revolução Farroupilha que teve início em 1835.

Os motivos para revitalizar as tradições locais eram evidentes:

“Sob o prestígio da vitória alcançada na Segunda Guerra Mundial, a cultura norte-americana começara a entrar avassaladoramente em nosso País e nos cercava por todos, todos os lados. Na música, no disco, no cinema, nas história-em-quadrinhos, na moda, na gíria, em tudo, Nessa hora o Tio Sam (e à sombra dele outros tios) nos dizia que esquecêssemos tudo e saíssemos logo de nosso campinho arrendado, pois ele carecia muito de engordar boi no final da safra [...]” (LESSA apud GONZAGA, S. e FISCHER, L. A., 1995, p. 75).

A ideia era formar um grupo para cultuar as raízes tradicionalistas, o 35 CTG foi o pioneiro, hoje segundo o MTG, hoje, existem cerca de 3 mil CTGs espalhados pelo mundo, sendo cerca de 1,7 mil somente no Rio Grande do Sul.

3.3 O 35 CTG e suas contribuições para o tradicionalismo gaúcho

O marco que representa o início do tradicionalismo gaúcho, como conhecemos hoje, ocorreu no dia 5 de setembro de 1947 quando Barbosa Lessa reuniu oito cavaleiros pilchados, na praça da Alfândega em Porto Alegre/RS. Ali, esperavam o jipe do exército que trazia os restos mortais do General Davi Canabarro, desde

a cidade de Santana do Livramento, na Fronteira com o Uruguai, até o cemitério da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre/RS. Tal marco aconteceu devido aos festejos da Semana da Pátria, sendo que os oito jovens organizaram uma “guarda de honra” aos restos mortais do “herói farroupilha” (OLIVEN, 2006).

Esse grupo, no mesmo ano de 1947, organizou o “Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos” e organizaram a primeira “Ronda Gaúcha” ou “Ronda Crioula”, que se estendeu desde o dia 7 até o dia 20 de setembro. Nessa ocasião, procuraram a Liga de Defesa Nacional, na pessoa do Major Darcy Vignolli (responsável pela organização das festividades da Semana da Pátria), de quem receberam autorização para tomar uma centelha do Fogo Simbólico da Pira da Pátria, antes que essa fosse extinta, ao fim dos festejos, e a levaram para o saguão do Colégio Júlio de Castilhos onde ascenderam, pela primeira vez a “Chama Crioula”. (OLIVEN, 1992, p. 74).

De acordo com Howes Neto (2009) em abril de 1948, na Rua Duque de Caxias, no centro de Porto Alegre/RS, foi criado o primeiro CTG (Centro de Tradições Gaúchas) do Rio Grande do Sul: o ‘35’ CTG. Embora a primeira reunião formal tenha acontecido em janeiro do mesmo ano, foi só em abril que o grupo chegou a um acordo. Paixão Cortes foi denominado “Patrão de Honra” e Glaucus Saraiva foi denominado “Patrão”. Barbosa Lessa foi denominado “Capataz” e encarregou-se da divulgação. O nome escolhido, ‘35 CTG’, faz uma dupla alusão ao movimento tradicionalista, pois o dia 20 de setembro de 1835 é um marco na Revolução Farroupilha. Assim como o número 35 corresponde a quantidade de jovens que formou o primeiro centro de tradições gaúchas da história.

Com a criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas foram criadas várias tradições que iriam fortalecer os hábitos e os costumes da região da Campanha e das estâncias, tais esses que os fundadores do movimento consideravam serem as verdadeiras tradições gaúchas referente a isso Oliven escreve que:

Embora não quisessem constituir uma entidade que refletisse sobre a tradição, mas um grupo que procurasse revivê-la, era necessário recriar o que imaginavam ser os costumes do campo. Assim, a estrutura interna do 35 CTG não utilizou a nomenclatura que normalmente existe em associações, mas adotou os nomes usados na administração de um estabelecimento pastoril, já que os jovens queriam evocar o ambiente de uma estância. No lugar de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, diretor etc. empregaram-se os títulos de patrão, capataz, sota-capataz, agregados, posteiros etc. No lugar de Conselhos Deliberativos ou Consultivos, foi colocado o Conselho de Vaqueanos e, em vez de departamentos, foram criadas invernoas. De forma semelhante, todas as atividades culturais,

cívicas ou campeiras, receberam nomes que tivessem origem nos usos e costumes das estâncias gaúchas, tais como rondas, rodeios, tropeadas etc. (1993, p.15-16).

Após a criação do 35 CTG diversos outros Centros de Tradições Gaúchas foram criados por todo Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e também fora do país. Este fato marcou o processo de firmamento do Tradicionalismo que se apresenta até hoje como a nossa tradição gaúcha.

3.4 Outros olhares para o tradicionalismo: o gauchismo

Por um outro lado todo esse brilho que foi dado à imagem do gaúcho não condiz com a realidade de acordo com Golin(1983). Segundo esse autor, antes do século XX pouco se viam reais representações do gaúcho, em sua maior parte traziam o farrapo herói de guerra que dá o sangue pela sua terra ou traziam a imagem dos imigrantes que ajudaram a colonizar o Rio Grande.

A abordagem do gauchismo vai além de sua simples associação com o tradicionalismo, uma vez que este último exerce uma influência significativa “impondo” sua visão predominantemente da cultura gaúcha sobre o coletivo.

Segundo as palavras de Paixão Côrtes em sua obra “Falando em Tradição e Folclore Gaúcho (1981, p. 23):

Existem tradicionalistas e gauchistas. Os tradicionalistas, conscientes das mudanças socioeconômicas, e os gauchistas, vivem no passado e não querem saber de evolução, nem de tecnologia, vivem no passado e não de temas inspirados no passado (...) Existe no Tradicionalismo, como em todos os lugares, também os ortodoxos da tradição.

De acordo com Eliana Manfroi (2012, p.11), “[...] o gauchismo é o conjunto de hábitos, tradições e costumes próprios do gaúcho, habitante do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, caracterizado, em parte, por traços bairristas, belicistas e anti universalistas.”

De acordo com Brum (2009), a diferença do gauchismo para outras regiões está no fato de buscarem expandir e mostrar através de manifestações culturais e de representar a tradição por meio de ato, a imagem do gaúcho e do modo de vida, de se expressar. Ou seja, são “[...] práticas de culto em torno das quais se glorifica um passado atualizado no presente.” (BRUM, 2009, p. 77).

4 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC E O TRADICIONALISMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas. É referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. A BNCC tem como proposta organizar o que todo estudante da Educação Básica deve saber, e foi homologada pelo então ministro da educação Mendonça Filho, em 2017.

A BNCC objetiva a promoção da formação integral dos estudantes, para além apenas dos conteúdos específicos de cada disciplina, mas por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais, éticas, culturais e ambientais. Pretende, assim, a implementação de uma educação coerente com as demandas do século XXI, bem como contribuir para a formação de cidadãos autônomos e participativos.

Nesta seção, abordaremos as relações e interrelações entre patrimônio cultural imaterial, o que é preconizado pela BNCC para esse processo e como desenvolvê-lo, no Rio Grande do Sul, a partir do tradicionalismo.

4.1 Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um importante instrumento das políticas de educação, contemporaneamente, no Brasil. Conceituada como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7), traz em sua essência a igualdade, a diversidade e a equidade educacional. (Coelho, Cutrim, 2020).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Patrimônio Cultural Imaterial é tratado como um componente essencial para a formação integral dos estudantes. Ele é parte de diversas disciplinas e áreas de conhecimento, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com ênfase em promover o conhecimento e a valorização de diferentes culturas e saberes tradicionais. (BNCC, 2018).

Conforme desenvolveu-se na primeira seção, o Patrimônio Cultural Imaterial refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a eles associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Sendo assim, ao se trabalhar Patrimônio Cultural Imaterial a partir da BNCC, a abordagem a esse patrimônio busca valorizar a diversidade cultural, visto que busca promover o diálogo entre as matrizes culturais existentes no Brasil, estimulando o respeito às diferenças e a convivência harmônica entre as mesmas.

Ainda, ao trazer e valorizar o Patrimônio Cultural Imaterial para o currículo escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incentiva-se a transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais que passam de geração para geração, garantindo a continuidade dessas heranças culturais; fortalece-se a identidade cultural dos estudantes, especialmente daqueles que pertencem às comunidades tradicionais, por meio do reconhecimento e valorização de suas práticas e saberes. (ALMEIDA, 2018).

Outro aspecto a ressaltar é que, ao promover atividades pedagógicas que incentivem os estudantes a explorar, documentar e refletir sobre as manifestações culturais de suas comunidades, está incentivando a pesquisa e a preservação das memórias locais. Portanto, integrar o Patrimônio Cultural Imaterial nos currículos de diferentes disciplinas, como História, Geografia, Artes, Língua Portuguesa, entre outras, promove a interdisciplinaridade e proporciona uma compreensão ampla e contextualizada de suas origens. (CARVALHO, 2012).

Por meio dessas abordagens, a BNCC busca promover uma educação que reconheça e respeite a rica diversidade cultural do Brasil, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e integrados à sua herança cultural.

Depreende-se, então, que a inclusão do Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC foi fundamental para garantir a valorização e preservação das tradições, saberes e expressões culturais presentes na sociedade brasileira.

Ao reconhecer a importância desse patrimônio, a BNCC busca promover a reflexão sobre as diferentes manifestações culturais, fomentando o respeito à diversidade e a construção de uma identidade nacional plural. Além disso, a inclusão do Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC contribui para a formação integral dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de competências socioemocionais,

criativas e críticas, essenciais para a sua atuação cidadã e para a promoção de uma educação mais inclusiva e democrática. (GIRARDI, 2020).

4.2 O Tradicionalismo Gaúcho como Patrimônio Cultural Imaterial

O Tradicionalismo Gaúcho é um movimento cultural que busca preservar e promover as tradições, costumes e valores dos gaúchos, que são os habitantes do estado do Rio Grande do Sul. Esse movimento engloba uma vasta gama de manifestações culturais, incluindo danças, músicas, vestimentas, culinária, festas e práticas rurais, que são passadas de geração em geração e constituem um importante Patrimônio Cultural Imaterial.

Segundo o antropólogo Luiz Gonzaga de Mello (2002, p.24), "[...] o Tradicionalismo Gaúcho constitui-se em um movimento de resistência cultural frente às mudanças sociais e às influências externas, procurando manter vivas as tradições que definem a identidade dos gaúchos." Os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) desempenham um papel crucial nesse processo, servindo como espaços de convivência e difusão cultural onde são realizados eventos, concursos e atividades educativas relacionadas às tradições gaúchas.

A definição da Unesco (2006, p. 04) para patrimônio imaterial, é a seguinte:

O "patrimônio cultural intangível" significa as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades - assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a eles - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e 38 grupos em resposta a seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e lhes proporciona um senso de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Portanto se caracteriza como Patrimônio Cultural Imaterial todas as formas de manifestações culturais presentes no estado (danças, músicas, credices, costumes, vocabulário são algumas formas que podem ser citadas).

4.3 Patrimônio Cultural Imaterial, Tradicionalismo e a BNCC

Barbosa Lessa, em sua tese que rege o MTG, “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, expressa sua preocupação com a educação:

Deve, o Tradicionalismo, operar com intensidade no setor infantil ou educacional, para que o movimento tradicionalista não desapareça com a nossa geração. Porque nós - os tradicionalistas de primeira arrancada - entramos para os Centros de Tradições Gaúchas movidos pela necessidade psicológica de encontrar o "grupo local" que havíamos perdido ou que tínhamos perdido. Mas as gerações novas não chegaram a conhecer o grupo local como unidade social autêntica, e somente seguirão nossos passos por força de impulsos que a educação lhes ministrará. Por isso não temo afirmar que o dia mais glorioso para o movimento tradicionalista será aquele em que a classe de Professores Primários do Rio Grande do Sul - consciente do sentido profundo desse gesto, e não por simples atitude de simpatia - oferecer seu decisivo apoio a esta campanha cultural. Aliás, não se concebe que as Escolas Primárias continuem por mais tempo apartadas do movimento tradicionalista. Pois a maneira mais segura de garantir à criança o seu ajustamento à sociedade é precisamente fazer com que ela receba, de modo intensivo, aquela massa de hábitos, valores, associações e reações emocionais - o patrimônio tradicional, em suma - imprescindíveis para que o indivíduo se integre eficientemente na cultura comum. (LESSA, 1985, p. 81).

O tema educação já foi discutido diversas vezes em Congressos Tradicionalistas. Para Lessa, o Tradicionalismo possuiria papel importante na educação, mas a reforma da mesma era função do professor. No ano de 1985, Lessa concluiu seu livro com uma crítica esperançosa na educação gaúcha:

Os polos culturais do interior elaborem em seus próprios manuais de alfabetização, a partir da realidade local e não da realidade dos compêndios paulistas e cariocas. E então provavelmente o folclore deixe de ser uma disciplina autônoma e exótica mas passe a formar o substrato inicial de todas as disciplinas de primeiro grau partindo do que o aluno já conhece e encontra em sua comunidade. [...] mas para isso é preciso um pouco de coragem a coragem do pedagogo olhar cara a cara o seu povo. (LESSA, 1985, págs. 116 e 117).

Trabalhar a realidade do aluno é um assunto muito discutido desde a graduação e se faz presente em nossa Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao reconhecer a importância desse patrimônio, a BNCC incentiva a reflexão sobre as diferentes manifestações culturais, fomentando o respeito à diversidade e a construção de uma identidade nacional plural. Além disso, a inclusão do Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC contribui para a formação integral dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de competências socioemocionais, criativas e

críticas, essenciais para a sua atuação cidadã e para a promoção de uma educação mais inclusiva e democrática. (GONÇALVES, 2024).

A inclusão do Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC é importante para garantir a valorização e preservação das tradições, saberes e expressões culturais presentes na sociedade brasileira.

Os eixos e competências relacionados ao Patrimônio Cultural Imaterial, na BNCC, abrangem desde a valorização da diversidade cultural até a compreensão dos processos de construção identitária. A presença do Patrimônio Cultural Imaterial na BNCC visa promover a reflexão sobre as práticas culturais, o reconhecimento das tradições e a valorização das manifestações simbólicas presentes no contexto social. (ROCHA et al, 2024).

4.4 Estratégias e atividades para valorizar o Tradicionalismo, como Patrimônio Cultural Imaterial, na Educação Básica

Ao adotar estratégias e atividades para promover a valorização do tradicionalismo, enquanto patrimônio cultural imaterial na Educação Básica, é possível proporcionar experiências significativas aos estudantes, conectando-os com suas raízes culturais e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação das tradições.

Essas estratégias incluem a realização de atividades práticas e lúdicas, que permitem aos estudantes dos Anos Iniciais da Educação Básica vivenciar e compreender melhor a relevância do patrimônio cultural imaterial em suas vidas, criando assim um ambiente rico em aprendizado e troca de conhecimentos.

Entre diversas estratégias, podemos elencar algumas, que são comumente utilizadas nas escolas:

Contação de Histórias e Mitos

A contação de histórias e mitos é uma das estratégias mais eficazes para valorizar o Patrimônio Cultural Imaterial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Por meio dessa prática, os estudantes têm a oportunidade de se conectar com narrativas tradicionais, compreendendo a transmissão oral de conhecimentos e valores. Essa atividade também contribui para o desenvolvimento da imaginação, criatividade e

senso de identidade dos estudantes, fortalecendo o vínculo com sua cultura e tradição.

Dramatizações e Teatro

As dramatizações e o teatro são recursos valiosos para valorizar o Patrimônio Cultural Imaterial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Através da encenação de histórias, lendas e costumes tradicionais, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar de forma prática e interativa a riqueza da cultura de seu povo. Além disso, essas atividades promovem o trabalho em equipe, a expressão corporal e vocal, e a empatia, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Música e Dança Tradicionais

A música e a dança tradicionais desempenham um papel fundamental na valorização do Patrimônio Cultural Imaterial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em se tratando do Tradicionalismo, esta prática acontece principalmente durante a Semana Farroupilha, quando os CTGs são convidados a participar das atividades nas escolas. Através da prática musical e coreográfica, os estudantes vivenciam de maneira única e genuína a herança cultural de sua comunidade, fortalecendo sua identidade e senso de pertencimento. Além disso, a música e a dança promovem a socialização, a coordenação motora e a apreciação estética, enriquecendo o repertório cultural dos estudantes.

Artesanato Tradicional

A realização de oficinas de artesanato tradicional é uma excelente estratégia para valorizar o Patrimônio Cultural Imaterial. Através dessas oficinas, os estudantes podem aprender técnicas artesanais passadas de geração em geração, como a produção de cerâmica, cestaria, bordado e trançado. Esta atividade não só promove habilidades manuais e criatividade, mas também permite que os alunos compreendam a importância do trabalho artesanal na preservação da cultura e na economia local.

Culinária Típica

A culinária típica é uma parte essencial do Patrimônio Cultural Imaterial. Organizar oficinas de culinária, onde os estudantes possam preparar pratos tradicionais da sua região, é uma maneira divertida e prática de ensinar sobre a cultura local. Durante as

oficinas, os alunos aprendem sobre ingredientes, técnicas de preparo e a história por trás de cada prato, fortalecendo assim sua conexão com as tradições alimentares da sua comunidade.

Feiras Culturais

As feiras culturais são eventos em que toda a comunidade escolar pode se envolver. Nessas feiras, os estudantes podem apresentar trabalhos sobre diferentes aspectos do Patrimônio Cultural Imaterial, como vestimentas típicas, danças, músicas, histórias e culinária. É uma oportunidade para os alunos compartilharem o que aprenderam e se sentirem orgulhosos de sua herança cultural, além de promover a integração entre escola e comunidade.

Entrevistas com Anciãos

Promover entrevistas com anciãos da comunidade é uma atividade rica e educativa. Os estudantes podem preparar perguntas e entrevistar pessoas mais velhas para aprender sobre suas experiências, histórias e conhecimentos tradicionais. Esta atividade ajuda a valorizar os mais velhos como portadores de sabedoria e memória cultural, além de promover o respeito e a valorização do idoso na sociedade.

Oficinas de Línguas Indígenas e Dialectos

Muitas comunidades possuem línguas indígenas ou dialetos que são parte crucial de seu Patrimônio Cultural Imaterial. Oferecer oficinas onde os estudantes possam aprender e praticar essas línguas ajuda a preservá-las e a transmitir seu valor cultural. Além disso, a aprendizagem de uma língua diferente pode enriquecer a capacidade linguística e cognitiva dos alunos.

Festivais Folclóricos

Organizar festivais folclóricos na escola é uma maneira vibrante de celebrar o Patrimônio Cultural Imaterial. Durante esses festivais, os estudantes podem participar de apresentações de danças, músicas, teatros e desfiles que representam diferentes aspectos da cultura local. Esses eventos não só promovem a participação ativa dos alunos, mas também ajudam a criar uma atmosfera de celebração e orgulho cultural.

Exposições de Arte Popular

Criar exposições de arte popular na escola é uma forma de mostrar e valorizar a criatividade e a história cultural da comunidade. Os estudantes podem participar criando suas próprias obras de arte inspiradas em técnicas e temas tradicionais, ou ajudar a organizar exposições de obras feitas por artistas locais. Essas exposições ajudam a criar um espaço de apreciação e reflexão sobre a importância da arte na cultura e na identidade.

Jogos e Brincadeiras Tradicionais

Resgatar jogos e brincadeiras tradicionais é uma atividade que une diversão e aprendizado. Ao participar de jogos antigos, os estudantes podem aprender sobre as formas de entretenimento de gerações passadas, desenvolvendo habilidades motoras, sociais e cognitivas. Além disso, essa prática fortalece os laços entre os alunos e promove o entendimento sobre a importância do lazer na cultura.

Projetos de Pesquisa sobre Festas e Celebrações Locais

Encorajar os estudantes a realizarem projetos de pesquisa sobre festas e celebrações locais é uma maneira eficaz de explorar o Patrimônio Cultural Imaterial. Os alunos podem investigar a origem, os significados e as práticas associadas a festas como o Carnaval, a Festa Junina, e outras festividades regionais. Essa atividade promove habilidades de pesquisa e escrita, além de aumentar o conhecimento e o apreço pela diversidade cultural.

Criação de Documentários

Incentivar os estudantes a criarem documentários sobre aspectos do Patrimônio Cultural Imaterial é uma atividade que combina tecnologia com tradição. Os alunos podem entrevistar membros da comunidade, filmar eventos culturais e narrar histórias, criando um registro audiovisual valioso. Essa prática desenvolve habilidades técnicas, como filmagem e edição, e promove uma compreensão profunda e respeitosa da cultura local.

Sessões de Contação de Histórias em Comunidade

Expandir a contação de histórias para além da sala de aula, organizando sessões em diferentes espaços da comunidade, como praças, centros comunitários ou casas de

cultura. Nessas sessões, os estudantes podem ouvir e contar histórias para um público mais amplo, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade e promovendo a oralidade como uma prática cultural contínua.

Essas atividades não só enriquecem o currículo escolar, mas também desempenham um papel crucial na preservação e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, ajudando a formar cidadãos conscientes e orgulhosos de suas raízes culturais.

Conforme desenvolvemos ao longo deste trabalho, ao explorar costumes e manifestações culturais presentes em sua comunidade, e em especial o tradicionalismo gaúcho, as crianças aprimoram habilidades e competências sociais, conforme preconizado na Base Nacional Comum Curricular, reconhecendo a diversidade e valorizando as diferentes formas de expressão e vivência da cultura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender a relevância do tradicionalismo gaúcho como Patrimônio Cultural Imaterial e sua integração na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As tradições gaúchas, com suas danças, músicas, culinária, festas típicas e vestimentas, representam um conjunto de práticas culturais que são essenciais para a identidade e a continuidade histórica das comunidades do Rio Grande do Sul.

O tradicionalismo gaúcho, promovido e organizado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), desempenha um papel crucial na preservação e difusão dessas tradições, garantindo que sejam transmitidas de geração em geração. A valorização dessas manifestações culturais é fundamental para a manutenção da diversidade cultural do país, oferecendo às novas gerações um senso de pertencimento e identidade.

A incorporação do tradicionalismo gaúcho como Patrimônio Cultural Imaterial é um passo significativo para o reconhecimento das diversidades regionais e culturais no ambiente escolar. Ao incluir conteúdos que abordam as tradições gaúchas, as escolas não apenas enriquecem o currículo, mas também fortalecem a formação integral dos estudantes, preparando-os para serem cidadãos conscientes e respeitosos das diversas manifestações culturais do Brasil.

Os desafios para a implementação efetiva desses conteúdos no contexto educacional incluem a necessidade de formação adequada dos professores, a disponibilização de materiais didáticos apropriados e a integração de atividades práticas que permitam aos alunos vivenciar e valorizar as tradições gaúchas. No entanto, as oportunidades são igualmente significativas, proporcionando um ambiente de aprendizado mais rico e diversificado, que reconhece e celebra a pluralidade cultural brasileira.

Em conclusão, o tradicionalismo gaúcho como Patrimônio Cultural Imaterial destacam a importância de valorizar e preservar as tradições locais no processo educacional. Ao promover o conhecimento e o respeito pelas culturas regionais, contribuimos para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente da sua diversidade, garantindo que as futuras gerações possam continuar a apreciar e a preservar essas preciosas heranças culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. **Patrimônio cultural imaterial e educação: possibilidades e desafios**. Revista Brasileira de Educação n.23, e230099, 2018 Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1099>. Acesso em 23 abr. 2024.

BARBOSA LESSA, L.C. **Nativismo, um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

BRUM, Ceres Karam. **Tradicionalismo e educação no Rio Grande do Sul**. Cadernos de Pesquisa, v.39, n. 138, set./dez. 2009.

BITTENCOURT, V. L. **Tradicionalismo Gaúcho e Identidade Regional: Uma Análise Antropológica**. Porto Alegre: Editora UFRGS: 2013.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. 3º versão. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 16 de maio de 2024.

CAMARGO, O. N. de. **Falando em tradição e folclore**. 2ª edição. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CARVALHO, Ana. **Patrimônio Imaterial: desafios e perspectivas**. *No Mundo dos Museus*, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.58079/sdkm>. Acesso em: 03 jun.2024.

COELHO, S. P; CUTRIM,K. D. G. **A base nacional comum curricular e sua contribuição para a preservação do patrimônio**. Paper do NAEA. Volume 1, Número 3, Edição/Série 501, 2020.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. IN: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: 2012.

GIRARDI, Jussara Prates dos Santos. **A Educação Patrimonial no contexto das Aprendizagens Essenciais da BNCC**. Disponível em: <https://www.sinapsecultural.com.br/post/a-educa%C3%A7%C3%A3o-patrimonial-no-contexto-das-aprendizagens-essenciais-da-bncc>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GOMES, Ana Carolina Rios. **Patrimônio cultural imaterial: o tradicionalismo sul-riograndense e a multiterritorialização da identidade gaúcha**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural**. UnilaSalle. Canoas, n.18, dez. 2014. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GONZAGA, S. e FISCHER, L. A. (coord.) **Nós, os gaúchos**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

HORTA, M. de L. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Revista Ciências e Letras Educação e Patrimônio Histórico-Cultural**. Porto Alegre, nº. 27, p. 13-35, jan./jun. 2000.

HOWES NETO, Guilherme. **De bota e bombacha**: um estudo antropológico sobre as identidades gaúchas e o tradicionalismo. Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/guilherme-de-bota-e-bombacha.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

LESSA, B. **O sentido e o valor do Tradicionalismo**. Primeiro Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 1954. Disponível em: https://cbtg.com.br/documentos/10/20180811220502_8319.pdf. Acesso em: 10 jun 2024.

SANTOS, J. M. **A preservação do patrimônio cultural imaterial**: desafios e perspectivas. Cadernos de Sociomuseologia. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/volume_1.pdf. Acesso em: 15 jun 2024.

OLIVEN, Ruben George. **A construção social da identidade gaúcha**. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petropólis: Vozes, 1992, p. 99 – 133.

OLIVEN, Ruben George. **A dupla desterritorialização da cultura gaúcha**. In: FONSECA, Cláudia (org.). **Fronteiras da cultura**. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p. 24-40.

PAIXÃO CORTES, J.C. **Falando em Tradição e Folclore Gaúcho**. Porto Alegre: Ed. do autor, 1981.

ROCHA, Geórgia Fernanda do Nascimento; MOTA, Antônia da Silva; VELÔSO, Thayllon Monteiro. **Educação patrimonial na escola e suas perspectivas pedagógicas**. Revista Sociedade Científica, vol.7, n.1, p.1678-1693, 2024.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 15 mar. 2024.

WALDO V. (Org.) MANFROI, E. **Enciclopédia da Conscienciologia**. 10 ed. Foz do Iguaçu: Ed. Editares, 2023.